

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONJUNTA – SINDAREIA E SINDIPEDRAS,  
REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2014, EM CAMPINAS – SP.

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, às dez horas e quinze minutos (10h15min), em segunda e última convocação, de acordo com o disposto no Estatuto Social das entidades, realizou-se Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato das Indústrias de Extração de Areia do Estado de São Paulo – SINDAREIA, conjuntamente com a Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato da Indústria de Mineração de Pedra Britada do Estado de São Paulo - SINDIPEDRAS, nas dependências do Hotel Premium - Rua Novotel, 931 – Jardim Nova Aparecida – Campinas - SP, para tratar dos seguintes assuntos em pauta, conforme Edital de Convocação de cada entidade: 1) E-Social; 2) Lei Anticorrupção; 3) Associativismo e Corporativismo; 4) Indicadores Econômicos; 5) CETESB – Decisão 25/2014; 6) OTGM – Ordenamento Territorial Geo Mineiro; 7) Reunião com o Sindicato dos Trabalhadores; 8) Relações Inter associadas; 9) Informações da presidência e 10) Outros assuntos de interesse geral. De acordo com o registro de presenças, compareceram 56 pessoas, com 46 empresas representadas. A mesa diretora foi composta pelo presidente do Sindareia, Antero Saraiva Jr. Abrindo os trabalhos, o presidente Antero, saúda todos os presentes e ressalta a importância desta assembleia conjunta, em razão da representatividade que isto traz ao setor. Discorreu sobre assuntos de interesse geral das entidades como a finalização e implantação do Planejamento Estratégico, das ações que têm sido realizadas desde sua posse e que constam do seu discurso, publicado na Revista SINDAREIA, nº 83, do quarto trimestre de 2013. Reiterou o desejo de que todas as reuniões das entidades sejam conjuntas e itinerantes, de maneira a deixar clara a posição de importância de todas as localidades do estado na construção de uma nova política de atuação sindical. Em seguida, passou a palavra a Camilo de Lelis Arnaldi – gestor das entidades que iniciou discorrendo sobre o E-Social, cujos principais pontos foram: O que é o E-Social; Quais as vantagens deste procedimento; Quem está obrigado a executá-lo; Se há riscos para as empresas; Perspectivas quanto à implantação e as sugestões apresentadas pelas entidades para que as empresas se adequem a esta nova exigência. Em seguida abordou o tema Lei Anticorrupção e *Compliance* destacando os pontos nevrálgicos da Lei, a

importância de adoção de medidas de controle de modo a resguardar a empresa nos casos de abusos por parte de seus empregados, a necessidade de treinamento e definição de normas internas e externas sobre a conduta dos profissionais que para ela trabalham, a forma de treinar e conscientizar os empregados, a documentação que deverá ser disponibilizada para os empregados e colaboradores da empresa, o registro de treinamentos e entrega de manuais devidamente apontados e, por fim, informa que as entidades estarão atentas a todos os assuntos de relevante interesse para o setor, bem como orientação aos associados quanto a posicionamentos e providências a serem tomadas. Encerrando sua parte, frisou a importância do envolvimento de todos nas questões e solicitações dos sindicatos, inclusive quanto a respostas de indagações (cadastrais ou outras), visando desta forma qualificar ainda mais, a base de informações das entidades. A seguir o Engº Osni falou sobre: Norma de explosivos da CETESB - Após mais de um ano de reuniões, o grupo técnico (GT-4) aprovou a nova norma técnica do uso de explosivos na mineração através da Câmara Ambiental de Mineração. Esta norma deverá substituir o procedimento em vigor desde 1992. Houve concessões pelo lado do setor tais como: inclusão dos temas poluição das águas e poluição do ar. Em contrapartida houve concessão pelo sistema na concordância em manter os mesmos parâmetros utilizados desde 1992. Normalmente, nas revisões das normas, a tendência é aumentar o rigor dos procedimentos; Uso de explosivos por ocasião da COPA – informou sobre reunião com representantes do exército brasileiro no dia 15/04/14 onde foi comunicado que a decisão sobre uso de explosivos por ocasião da COPA no Brasil está afeto aos respectivos comandos militares. No caso de Brasília, por exemplo, já foi definido a princípio que será proibido o transporte e uso de explosivos. Para evitar que a IIª RM tome iniciativas deste porte, estamos tentando agendar uma reunião com o coronel responsável pelo SFPC/SP, no dia 25 de abril de 2014 e finalizando, relatou sobre a Câmara Temática de Mineração - completando rapidamente sobre os acontecimentos da última reunião da Câmara Temática de Mineração em Guaratinguetá, mas que a Sandra abordaria com mais detalhes (Fazendo uso da palavra o Camilo informou sobre reunião realizada com advogado dos trabalhadores, com a presença do Beto, onde foram acertadas questões de apoio ao setor no que se refere ao interesse de preservação de empregos e continuidade

das atividades de mineração tão vitais para toda cadeia produtiva de diversos segmentos. Seguindo com os trabalhos, o Bolívar iniciou a apresentação dos números dos agregados para o Estado de São Paulo, iniciando com breve histórico sobre a obtenção dos números da brita para a RMSP e a metodologia usada em conjunto com a ANEPAC para o consumo de agregados no Brasil, por estados e regiões. Destacou a necessidade de obtermos o domínio dos números de agregados no Estado de São Paulo, como um todo e nas regiões propostas. Este trabalho de estratificação dos números de produção e consumo, possibilitará identificar regiões de importação e exportação de agregados e estabelecer uma série de indicadores para utilização em pleitos e defesas da mineração. Finalizando, reiterou a solicitação quanto à colaboração e empenho dos participantes e associados na obtenção destes números. Terminada sua apresentação a palavra foi dada a Sandra que discorreu sobre: Resolução SMA 08/2014 e DD CETESB 025/201 - Resolução SMA/08/2014 - revogou as Resoluções SMA 51/2006 e SMA 130/2010 que tratavam dos licenciamentos de mineração no Estado e plantios compensatórios em projetos de mineração. DD CETESB 025/2014 - novas regras de licenciamentos ambiental para as minerações do Estado de São Paulo - dois enquadramentos para as extrações: porte dos empreendimentos (volume e área de lavra) e Classe das localidades (Classe A - áreas com mais restrição, e Classe B - áreas sem restrição) – Destacou que estas duas novas orientações legais estarão no Boletim Sindareia nº 84 que os associados receberão nos próximos dias; OTGM Vale do Paraíba (Zoneamento Minerário no Vale) – Informou sobre a Criação da Câmara Temática de Mineração no Conselho da Região Metropolitana do Vale do Paraíba, no momento da assinatura do convênio com a Subsecretaria de Mineração do Estado. Já foram realizadas três reuniões da Câmara e nesta última, em março/2014 no município de Guaratinguetá, foram apresentadas as posições do DNPM/SP e CETESB para a mineração no Vale do Paraíba. Participação importante de ONGs e Secretários municipais, com posições contrárias à atividade. Sugestão de pauta para a próxima reunião - ouvir o MP-GAEMA e ouvir a Secretaria do Meio Ambiente do Estado com relação ao histórico do Zoneamento Minerário no trecho zoneado. Convite do Subsecretário de Mineração para o Sindareia apresentar os exemplos de boas práticas da mineração no Vale. Encerrando suas considerações e explicações, citou a presença do Prof. Dr.

Hildebrando Hermman da UNICAMP que informou sobre a possível realização de uma Oficina de Mineração em parceria com o SINDAREIA na 2ª quinzena de maio para discutir as questões importantes da mineração, com objetivo de ter uma convivência harmônica entre mineração-sociedade-meio ambiente. Seguindo o rito, o Luiz Alberto (Beto) fez uma breve apresentação formal para empresários do setor de brita, principalmente aos empresários presentes ligados ao SINDIPEDRAS. Em seguida, comentou sobre o Planejamento Estratégico das entidades e suas novas atribuições em relação a esta nova dinâmica no que se refere a viagens habituais em visita a diversas regiões do Estado, visitando empresas associadas e não associadas, na tentativa de fortalecer ainda mais a base sindical. Informou sobre a nova "Revista Agregados" que deverá ser lançada ainda no fechamento do 2º trimestre de 2014. Por fim, fez breve relato sobre o andamento de cursos solicitados pelos associados envolvendo a navegação fluvial bem como, cursos profissionalizantes a serem realizados pelo SENAI/SP. Chamou o Professor Ophir Figueiredo Junior, Gerente Regional -SENAI/SP que fez breve apresentação institucional do SENAI, bem como colocou a estrutura da instituição a disposição dos presentes para auxiliar sobre os mais diversos temas. Finalizadas as apresentações, o presidente Antero retomou a palavra informando sobre a questão da redução de base de cálculo do ICMS para a areia e que, até aquele momento, tinha informações de que o decreto estaria com o Governador, aguardando apenas sua assinatura. Informou sobre a participação do SINDAREIA e do SINDIPEDRAS na ConstruBR (evento SINDUSCON-SP), que acontecerá nos dias 23 e 24 próximos e que as entidades estarão presentes em estande institucional e que aguarda a visita de todos. Apresentou a Cartilha sobre Limite de peso, cujo lançamento inicial se dará na ConstruBR em razão de parcerias que estão sendo firmadas na tentativa de se coibir o recebimento de cargas de agregados que estejam em não conformidade com a Lei. Ainda nesta linha de trabalho, informou sobre Termo de Cooperação Técnica que será assinado com o SINDUSCON-SP, também visando coibir esta nociva prática por parte de alguns. O Dr. Marco Mendonça alertou os associados presentes para a necessidade de apresentarem ao IBAMA, até o final de maio, o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras - RAPP, instituído pela Instrução Normativa nº 3, de 2014, informando que a não apresentação poderá acarretar multa e sanções de natureza ambiental.

Recomendou que as empresas alertassem seus técnicos e consultores para esta importante questão. Informou que o Sindicato está acompanhando atentamente a tramitação do novo Código de Mineração, ora na Câmara dos Deputados, e cuja votação poderá ser adiada para 2015, pois entidades sindicais de peso estão solicitando o adiamento para que possam discutir com mais profundidade os aspectos relativos aos interesses dos trabalhadores. Tal solicitação foi apresentada ao Palácio do Planalto, e já conta com a simpatia da Ministra Ideli Salvatti. Aberta a palavra aos presentes o diretor do SINDAREIA – Jorge Di Rito trouxe a conhecimento a existência de várias pendências acumuladas junto ao DNPM e que seria interessante uma ação das entidades neste caso. Informou também sobre a esterilização de áreas que estão acontecendo e que caberia a entidade buscar resolver estas questões. O associado José Benedito Máximo trouxe a questão das dificuldades que as empresas que exploram a atividade de extração de areia nos reservatórios das Centrais Elétricas vêm sofrendo ultimamente. Sugere uma ação mais efetiva do Sindareia junto a esses órgãos visando um entendimento. Para ambos foi solicitado que encaminhem a maior quantidade de informações às entidades que analisarão tudo e definirão qual a melhor forma de agir no interesse das empresas. Nada mais havendo a ser discutido, o presidente, agradecendo a presença de todos dá por encerrado os trabalhos convidando a todos para um almoço que seria servido no mesmo local. E, para constar, eu, \_\_\_\_\_ Sidnei Roberto de Lima, servindo como secretário, lavrei a presente ata que após ser lida e aprovada será assinada por todos. Visto \_\_\_\_\_ Antero Saraiva Junior – Presidente.